

26º Congresso do ANDES-SN aprova filiação à Conlutas e atualiza o plano de lutas da categoria para o ano de 2007



FOTO: ALINE PEREIRA

O 26º Congresso do ANDES-SN aconteceu em Campina Grande (PB), no período de 27 de fevereiro a 4 de março, sob o tema “*Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo*”. Na ocasião, discutiu-se sobre a reorganização da classe trabalhadora, apontando a necessidade da união da categoria para enfrentar as políticas governistas. A base do ANDES-SN entendeu que é hora de somar forças para resistir àqueles que defendem a lógica do capital e, conseqüentemente, a perda dos direitos dos trabalhadores, deliberando pela filiação do Sindicato Nacional à Coordenação Nacional de Lutas, com 188 votos favoráveis, 75 votos contrários e 32 abstenções.

Leia, nesta edição a cobertura do 26 Congresso do ANDES-SN.

DELEGAÇÃO DA ADUR-RJ NO 26º CONGRESSO DO ANDES-SN

**Lançamento da Campanha Salarial
2007: pauta de reivindicações inclui
incorporação das gratificações ao salário**

Página 7

**UFRRJ debate política de ações
afirmativas e a reserva de vagas na
Universidade**

Página 8

ANDES-SN critica política neoliberal do governo e reafirma seu projeto de Educação e Sociedade para o Brasil

O 26º Congresso do ANDES-SN reuniu diversos representantes de seções sindicais da base do Sindicato Nacional, contando com 337 delegados, 36 observadores e cinco convidados. A ADUR-RJ foi representada pelos delegados Lenir Lemos Furtado Aguiar, Celia Regina Otranto, Ana Cristina Souza dos Santos, Luis Mauro Sampaio Magalhães, Orlando Marques da Costa e Frederico José Falcão.

Neste Congresso, os professores debateram questões importantes para o prosseguimento da luta do Sindicato Nacional em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada. Estas estiveram agrupadas em cinco subtemas: 1) Movimento Docente e Conjuntura; 2) Centralidade da Luta; 3) Políticas Sociais; 4) Questões organizativas e financeiras; 5) Plano de lutas. Estes temas foram discutidos, primeiramente, em grupos mistos.

Ao todo, os professores subdividiram-se em onze salas, sendo que os representantes da mesma seção sindical ficaram em grupos separados, como forma de otimizar o debate, indicando suas propostas consolidadas às plenárias correspondentes a cada tema. Durante as plenárias, houve o aprofundamento da discussão, ocorrendo também a votação das questões apresentadas pelos grupos.

Ao longo desta edição, o *ADUR Informa* apresentará os principais acontecimentos do evento, assim como as deliberações mais importantes do 26º Congresso do ANDES-SN.

Plenárias: Abertura e Instalação

A abertura do evento ocorreu no Centro de Convenções Raimundo Asfora e contou com a participação de representantes de diversas instituições. Dentre muitos, destacam-se as seguintes presenças na composição da mesa de abertura do 26º Congresso do ANDES-SN: Paulo Rizzo, Luiz Henrique Schuch e José Vitorio Zago (Diretoria do ANDES), Sandra Suely Bezerra (presidente da seção sindical anfitriã – Associação de Docentes da Universidade Federal de Campina Grande – ADUF CG), Thompson Fernandes Mariz (Reitor da UFCG), José Maria de Almeida (Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas), César

Augusto Minto (Associação Nacional de Educação – ANDE), José Carlos de Souza (Sind. Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – Sinasefe), Rafael Pires (representando a oposição da União Nacional de Estudantes – UNE) e Aroldo de Araújo Junior (Diretório Central dos Estudantes da UFCG).

Os presentes parabenizaram o ANDES-SN pela realização do evento, ressaltando a importância do Sindicato Nacional na cena política brasileira como uma das instituições mais combativas em defesa da categoria docente, da autonomia universitária e de um projeto de educação pública, que preza pela excelência do ensino, da pesquisa e da extensão.

Criticaram a política neoliberal do governo Lula, conclamando a mobilização da categoria contra o Projeto de Lei 7200 – que põe em curso outra etapa da Reforma Universitária, que já manifestada em medidas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), Parceria Público-Privadas (PPP), Lei de Inovação Tecnológica e pela política de ações afirmativas.

Outro ponto comentado, mas que na ocasião ainda demandava um aprofundamento maior por ter sido divulgado às vésperas do Congresso, foi a mais recente proposta para a educação superior denominada “Universidade Nova”.

Sobre este assunto, os grupos de trabalho do ANDES-SN, em especial o GTPE, estão se debruçando em análises mais criteriosas, que brevemente serão divulgadas no nosso jornal.

De imediato, tanto o projeto como as ações de divulgação da proposta, promovidas pelo governo federal podem acessados em nosso *site*, com o intuito de informar e favorecer o debate entre os nossos associados.

O representante da Conlutas, José Maria de Almeida, comentou um dos principais temas em debate neste Congresso: a filiação ou não do ANDES-SN à Coordenação Nacional de Lutas. Ele lembrou que o ANDES-SN participa da instituição desde a sua criação, em 2004. Ressaltou a importância da união da categoria frente à atual conjuntura, principalmente porque o



FOTO: RAPHAELA BIGA

governo tem cooptado lideranças de movimentos sociais organizados, e conseqüentemente aparelhado sindicatos – como fez com a Central Única dos Trabalhadores, da qual o ANDES-SN se desfilou recentemente – para dividir a categoria e enfraquecer a mobilização de classe.

Quem destoou do grupo foi o Reitor da UFCG, Thompson Fernandes Mariz, que, de forma provocativa, defendeu a política neoliberal do governo Lula, negando que as universidades públicas brasileiras estejam em crise. Ele afirmou que as denúncias apresentadas pelo ANDES-SN são alarmistas. O Reitor fez afirmações contraditórias em defesa da política do governo Lula – que são facilmente refutadas por todos aqueles que lidam com a realidade das universidades públicas e que não têm qualquer comprometimento com o poder federal.

O Presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, passou às mãos do Reitor da Universidade Federal de Campina Grande um Caderno de Textos do evento, contendo análise dos principais temas travados no Congresso, como forma de rebater as críticas e tentar informá-lo de modo mais preciso a respeito dos grandes dilemas que as universidades vêm atravessando nos últimos anos.

“Esperamos que, a partir da leitura deste Caderno de Textos, o Reitor Thompson Mariz possa rever suas opiniões e atualizar as informações que de que dispõe”, disse o presidente do ANDES-SN.

Paulo Rizzo destacou a importância deste Congresso quanto às diretrizes que devem ser traçadas em relação ao ensino superior do país, reafirmando que Sindicato Nacional combate, historicamente, todas as tentativas de transformar o ensino público em privado.



A Profa. Sandra Suely citou Carlos Drummond de Andrade – “Lutar com as palavras é a luta mais vã. No entanto, lutamos mal rompe a manhã” – para expressar suas expectativas em relação ao Congresso.

“Embora possamos divergir uns dos outros, com palavras, buscamos a unidade em torno de um projeto de educação e de sociedade, mediante os quais os trabalhadores em geral e, em particular, os trabalhadores (ras) da educação superior, tenham garantidos os direitos fundamentais a uma existência digna e produtiva. Produtiva, aqui, é uma palavra que não tem o sentido de produtivismo na perspectiva capitalista, mas daquele historicamente defendido pelo ANDES-SN”, disse a presidente da ADUF CG.

Ela também afirmou que a seção sindical não concorda com as opiniões do Reitor da UFCG, tendo sido muito aplaudida pelo plenário.

Movimento Docente e conjuntura

Durante a plenária sobre o tema, os delegados debateram sobre questões políticas e sociais estratégicas para a classe trabalhadora. Discutiram sobre os projetos neoliberais do governo Lula, sobretudo acerca do projeto de Universidade Nova - “O que tem de novo nesta proposta do governo? Ela aprofunda ainda mais o sucateamento do ensino público”, disse o Presidente do ANDES-SN.

Paulo Rizzo criticou também o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), símbolo da política neoliberal no governo Lula. “Para a Central Única dos Trabalhadores, o PAC é um instrumento de rompimento com uma agenda desenvolvimentista, mas não é. É um instrumento de política monetarista”, disse Rizzo, que defendeu o texto da Diretoria do ANDES, discutindo análise de conjuntura.

Dentre as quatorze contribuições publicadas no Caderno de Textos e no Anexo do material do Congresso, destacam-se os Textos Resoluções (TR) nº 8 e nº 57.

Representantes de várias seções sindicais escreveram o TR 8. Dentre eles, três delegados da ADUR-RJ: Celia Otranto, Luis Mauro Magalhães e Frederico

Falcão – este último apresentou e defendeu o conteúdo do TR durante a plenária.

O texto em questão argumentava sobre a necessidade de filiação à Conlutas, propondo a unidade da classe trabalhadora para combater as reformas neoliberais do governo Lula. “A análise de conjuntura nos coloca, indubitavelmente, diante de um grande desafio, cujo mote principal é definir a contribuição que o ANDES-SN pode dar para a construção de um outro projeto de sociedade, diferente daquele que está sendo proposto pelo atual governo”, diz o TR 8.

Já o TR 57 foi proposto pelo Prof. Edmundo F. Dias (Adunicamp), que também indicou a filiação do ANDES à Conlutas. O TR 57 propõe ainda que o Sindicato Nacional se engaje na luta em defesa da publicização dos arquivos do período da ditadura, “que se tornaram secretos para a eternidade por ato de FHC e confirmados por Luiz Inácio”.

O Prof. Edmundo Dias defendeu o acesso irrestrito às informações do período militar e informou aos presentes que textos jurídicos a esse respeito estão disponíveis no site:

www.desaparecidospolíticos.org.br

Textos enviados por delegados da ADUR-RJ foram todos aprovados pelo plenário, no 26º Congresso

Os delegados da ADUR-RJ participaram ativamente das discussões do Congresso, tendo enviado várias contribuições, **elaboradas com docentes de outras ADs**, para o Caderno de Texto e seu Anexo. São eles:

Texto-Resolução (TR) nº8 - *Derrotar o pensamento/pesadelo único que despreza a vida e adora as coisas. Libertar a ação coletiva criadora do novo que explode em nossos sonhos*

TR nº16- *Conlutas: mais um passo na reorganização dos trabalhadores*

TR nº62- *O significado da política de cotas: definindo o posicionamento do ANDES-SN*

Centralidade da luta

A centralidade da luta do Sindicato Nacional, diretriz que orientará suas ações neste ano, foi aprovada pelos delegados, no Congresso.

A proposta apresentada pela Diretoria Nacional do ANDES-SN foi modificada e acrescida de um item que trata da mobilização na base, pensando em intensificar a participação dos docentes nas questões que se referem à universidade pública.

Os eixos aprovados reafirmam a posição histórica do ANDES-SN e a luta pela educação pública de qualidade

e o combate ao neoliberalismo, que retira direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

Nesse contexto, a reorganização e unificação da classe trabalhadora é essencial nas reformas contra as políticas neoliberais que os governos brasileiros vêm implementando no país desde a década de 1990, inclusive as velhas “novas” reformas do governo Lula.

Abaixo, veja os eixos aprovados como prioridade para a centralidade da luta em 2007:

- Reorganização e unificação da classe trabalhadora, com liberdade de organização e autonomia sindical para garantir direitos e avançar na conquista de melhores condições de vida e de trabalho; pela defesa e fortalecimento do ANDES-SN.

- Defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, pela valorização do trabalho docente e recomposição salarial.

- Lutar contra o neoliberalismo e as várias fases da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, com ênfase para o combate às chamadas reformas.

- Fortalecimento do trabalho de base para ampliar a participação da categoria no Sindicato.



TR nº65- *Revisão, sim. Mas por inteiro e discutida nas bases*

TR nº72- *Comissão Nacional de Mobilização*

TR nº82- *Sobre a situação dos docentes do sistema universitário privado*

Principais deliberações do 26º Congresso



DELEGAÇÃO DA ADUR PARTICIPA DOS GRUPOS MISTOS. EM SENTIDO HORÁRIO: 1) PROFA. CELIA OTRANTO; 2) PROFA. LENIR FURTADO; 3) PROF. LUIS MAURO MAGALHÃES.

Políticas afirmativas e cotas

O 26º Congresso do ANDES-SN reafirmou a defesa de políticas afirmativas que, devem assegurar a luta por uma educação básica de qualidade e socialmente referenciada para todos. O Sindicato Nacional, contudo, rejeitou a propostas de reserva de vagas (cotas) para negros, índios e estudantes de escolas públicas. O entendimento do ANDES-SN, conforme publicado em edição anterior do *ADUR Informa*, é que a política de cotas é mais um artifício divisionista do governo Lula, calcado em diretrizes neoliberais, que visam a destruição do ensino público de qualidade.

Sede do 27º Congresso

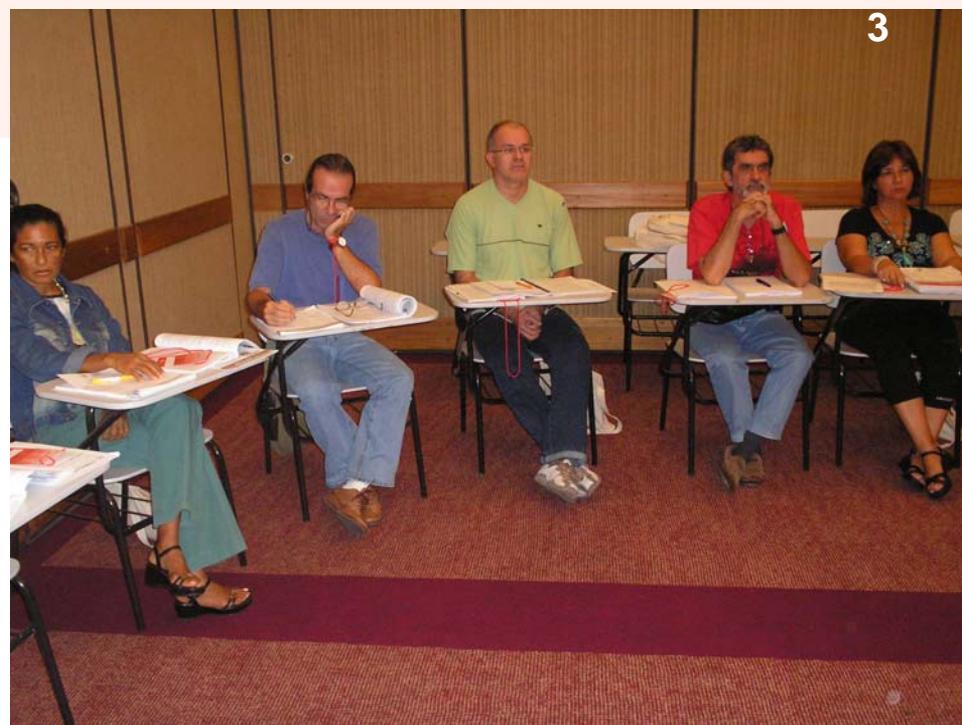
As seções sindicais das Federais de Pernambuco e do Sergipe se ofereceram para sediar o próximo Congresso do Sindicato. Na votação, o plenário aprovou que Aracaju seja a cidade sede do próximo Congresso do ANDES-SN.

Fundações privadas de apoio

O plenário aprovou que o ANDES-SN intensifique a luta política e jurídica contra a existência de fundações privadas ditas de apoio nas Universidades. O Sindicato denunciará ao Ministério Público, a cobrança de mensalidades em instituições públicas e outras tentativas de privatização das IFES e IEES.

Em defesa dos Hospitais Universitários e do SUS

O ANDES-SN intensificará a sua luta contra a privatização dos hospitais universitários, exigindo melhores condições de trabalho para os profissionais e melhores condições de atendimento aos pacientes. O Sindicato Nacional, juntamente com outras entidades dos movimentos sociais, irá articular-se em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), que deve garantir atendimento satisfatório às necessidades da população.



Reforma Universitária e o projeto Universidade Nova

Os delegados aprovaram que o ANDES-SN permaneça denunciando e lutando contra a Reforma Universitária que tem sido implementada pelo governo nos últimos anos, entendendo que ela não se resume ao Projeto de Lei 7200/06. O Sindicato Nacional deve discutir a construção de um calendário comum de ações e de atividades de mobilização, assim como fortalecer a Frente de Luta contra a Reforma Universitária. O Congresso do ANDES-SN também se posicionou contra o projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), entendendo que esta é uma ameaça ao ensino público superior. Os delegados criticaram a proposta de Universidade Nova, que, segundo o governo Lula, prevê a reestruturação e expansão das IFES – embora elas não coadunem com um ensino público de qualidade. A conclusão é de que o projeto do governo não traz novidades, recuperando propostas de gestões anteriores.

ANDES-SN disse sim à Coordenação Nacional de Lutas

Um dos principais temas em debate no 27º Congresso do ANDES-SN era a deliberação sobre a filiação ou não do Sindicato Nacional à Coordenação Nacional de Lutas, que hoje representa a principal alternativa de reorganização da classe trabalhadora. A delegação da ADUR-RJ, como decisão de Assembléia, levou posicionamento favorável à filiação do ANDES-SN à Conlutas.

Três delegados da Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Celia Regina Otranto, Luis Mauro S. Magalhães e Frederico José Falcão - apresentaram o Texto Resolução nº 16. Segundo o TR, além de indicar a filiação do ANDES-SN à Conlutas, os seus autores propõem a discussão e a alteração do estatuto da Coordenação.

O referido texto tem por título “Conlutas - mais um passo na reorganização dos trabalhadores” e foi publicado nas edições 91 e 92 do *ADUR Informa*.

O TR 16 foi defendido pelo Prof. Luis Mauro Magalhães e aprovado pelos demais delegados. O plenário deliberou pela discussão das propostas de alteração do estatuto pela base, que deverão ser apresentadas no próximo Congresso da Coordenação Nacional de Lutas.

De acordo com os autores do TR 16, a deliberação sobre a eleição de delegados para o Congresso não deve estar subordinada à Conlutas, mas sim ao próprio Congresso. Pelo atual estatuto, a definição dos critérios é realizada pela Coordenação.

Além disso, dentre outras sugestões, eles propuseram que o 26º Congresso do ANDES-SN solicitasse ao Congresso da Conlutas que este remetesse para as bases um debate mais aprofundado sobre as instâncias intermediárias de organização, como Congressos e Coordenações Estaduais e Regionais/Municipais, tomando como referência a experiência dessas instâncias, vivida em outras entidades.

Para o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, a decisão de filiar-se à Conlutas é histórica e nos fortalecerá na luta contra as reformas neoliberais do governo Lula - com autonomia e independência de partidos e correntes políticas.

O ANDES-SN, que participa da Coordenação Nacional de Lutas desde a sua fundação (2004), formalizou sua participação na entidade, reafirmando o desejo de somar forças com outros movimentos sociais organizados contra o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e contra a supressão do direito de greve por parte dos servidores federais e dos demais trabalhadores.

Foi deliberado pelo Congresso que o ANDES-SN participaria do Encontro Nacional, no dia 25 de março, em São Paulo, para protestar contra as reformas neoliberais de Lula da Silva. O encontro formalizou um plano de mobilizações contra as políticas do governo federal.

Vozes dissonantes: debate contemplou opiniões divergentes

A filiação à Conlutas já vinha sendo discutida nas bases do movimento docente desde a desfiliação à CUT, durante o 24º Congresso (Curitiba, 2005).

Aqueles que se manifestaram contra a filiação, durante a ampla discussão do tema, argumentaram que após a desfiliação da CUT, o Sindicato afastou-se da maioria dos trabalhadores e defenderam a volta do ANDES à CUT.

Grande maioria, entretanto, posicionou-se a favor da filiação à CONLUTAS, lembrando que o rompimento do ANDES-SN com a Central Única dos Trabalhadores aconteceu, porque a CUT não representava mais a categoria, uma vez que havia se aliado ao governo.

Disseram ainda que a Conlutas, surgiu como uma alternativa concreta de luta e reunificação da classe, contra as políticas neoliberais em curso.



DELEGAÇÃO DA ADUR PARTICIPA DOS GRUPOS MISTOS. 4) PROF. ORLANDO M. DA COSTA; 5) PROF. FREDERICO FALCÃO; 6) PROF. ANA CRISTINA SOUZA DOS SANTOS.

Congresso do ANDES-SN discute políticas educacionais



PROFA. CELIA OTRANTO DEFENDE DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA DA ADUR-RJ NA PLENÁRIA DO CONGRESSO

Ensino a distância

O 26º Congresso do ANDES-SN aprovou que o Sindicato Nacional permanecesse lutando contra a utilização do ensino a distância de forma indiscriminada, com o objetivo precípuo de ampliar a emissão de diplomas ou certificados. Deliberou pela denúncia da substituição crescente dos cursos presenciais pelo ensino a distância como recurso de redução de custos e dispensa de professores, por entender que esse tipo de atitude está a serviço da mercantilização da educação e da precarização do trabalho docente.

A ADUR-RJ concorda que a proliferação indiscriminada do ensino a distância realmente é uma das medidas que fragilizam o ensino superior. Contudo, seus delegados levaram o posicionamento de Assembléia, de que o ANDES-SN se pronunciasse contra o crescimento desgovernado do ensino a distância, destacando, entretanto, que existem experiências desta modalidade de ensino que não são irresponsáveis, prezando pela qualidade da aprendizagem do estudante e promovendo a democratização do ensino para aqueles que estão em regiões distantes, sem fácil acesso às universidades.

Caderno 2 do ANDES-SN

A Diretoria do ANDES-SN, pelo TR 12, propôs a atualização do Caderno 2 do Sindicato Nacional, “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” – um dos documentos mais importantes da entidade, contendo os princípios que sustentam a política educacional do ANDES-SN.

Os professores da ADUR-RJ argumentaram que não é possível aprovar uma parte do Caderno 2 sem discuti-lo completamente, analisando todo o seu conteúdo. O TR 65, cujo título é “Revisão, sim. Mas por inteiro e discutida nas bases”, foi compatibilizado com o TR 12, ganhando a proposta apresentada pelo grupo de docentes: que o Caderno 2 “seja enviado às bases do Sindicato Nacional em tempo hábil para uma profunda e profícua apreciação do tema”. O Plenário do ANDES-SN entendeu que é importante que se revise o Caderno 2 do Sindicato Nacional, mas que não cabe aprovar uma parte sem discutir o todo.

ANDES-SN desaprova o Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi outro assunto bastante debatido no 26º Congresso do ANDES-SN.

O TR 13, de autoria da Profa. Vera Jacob (Adufpa), afirma que o Sindicato Nacional tem assumido, historicamente, posição contrária ao financiamento da educação por meio de fundos, pois os compreende como uma política pontual, temporária e focalizada, sendo insuficiente para a manutenção e desenvolvimento da educação.

O TR 13, que foi aprovado sem prejuízo de modificações em sua redação, defendeu que o ANDES-SN se posicionasse contra o financiamento da educação básica por meio de um Fundo, entendendo que isso é obrigação do governo. A plenária deliberou, ainda, que o Sindicato Nacional deve realizar

estudos sobre a implantação do Fundeb.

A Profa. Celia Regina Otranto, que foi ao Congresso como delegada da ADUR-RJ, defendeu o posicionamento, aprovado em Assembléia, de que era prematuro posicionar-se contra o FUNDEB, uma vez que ele ainda não havia sido implantado nem regulamentado.

O Fundo tem implantação prevista ao longo de três anos, e se propõe a financiar a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, com 60% dos recursos arrecadados destinados à melhoria salarial dos profissionais da educação.

A profa. Celia afirmou, então, que era muito difícil posicionar-se contra um Fundo com essas características, partindo do pressuposto que ele representa uma falsa política de financiamento.

A proposta da ADUR-RJ era a de que o ANDES-SN acompanhasse a implantação do Fundeb e, somente após a comprovação da existência de falsa política de financiamento, que não possibilitasse acréscimo significativo dos recursos necessários para a promoção de uma política pública de qualidade, deveria posicionar-se contrariamente ao financiamento da educação por meio deste Fundo.

O Congresso deliberou por rejeitar o Fundeb por entender que ele não viabiliza financiamento adequado para educação básica de qualidade. O Movimento Docente reivindica o resgate do projeto de financiamento de todos os níveis de ensino público, constante do Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, pelo qual se avaliou ser necessária a aplicação de 10% de PIB do setor (hoje, investe-se em média 4% do Produto Interno Bruto).

Encontro Nacional reúne mais de 5 mil em SP

Mais de cinco mil representantes de 600 entidades de todo o Brasil participaram do dia 25 de março do Encontro Nacional contra as Reformas Neoliberais em São Paulo. A ADUR-RJ foi representada pelo Prof. Frederico José Falcão.

Organizado por várias entidades, entre elas a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) e o ANDES-SN, o evento aprovou um calendário de lutas contra as reformas da Previdência, universitária, trabalhista e sindical. O primeiro grande evento acontecerá no *Dia do Trabalhador* (1º de maio), com manifestações classistas em todo o país. Ainda em maio, entre os dias 21 e 25, haverá um *Dia Nacional de Mobilização Contra as Reformas Neoliberais*, com manifestações, paralisações, bloqueio de estradas e outras atividades que mobilizem os trabalhadores e chamem a atenção da sociedade para a ameaça da retirada de direitos pelas reformas. Entre maio e junho as entidades aprofundarão a discussão sobre a segunda reforma da Previdência que o governo Lula pretende levar adiante. A intenção é realizar

debates e seminários sobre o assunto em todo o país. As entidades também construirão uma grande mobilização em Brasília no início do segundo semestre. Em setembro, durante as comemorações da Semana da Pátria, será realizado um plebiscito sobre a anulação do leilão da Vale do Rio Doce.

Os Diretores do ANDES-SN, Paulo Rizzo e José Vitorio Zago, falaram para os participantes do evento. “O ANDES é o segundo maior sindicato de professores universitários do mundo. Falo isso não para impor grandeza, mas porque me orgulho de sermos grande sem nunca termos sido uma máquina burocrática. Estamos muito felizes de participar deste encontro e fazer a unidade com os demais trabalhadores brasileiros que querem construir um projeto de resistência contra as reformas neoliberais que o governo Lula executa. A campanha salarial tem que estar ligada às lutas contra as reformas”, disse Rizzo, que foi bastante aplaudido quando informou aos militantes que o 26º Congresso do ANDES-SN aprovou a filiação à Conlutas.

Com informações do ANDES-SN e da ADUR-RJ

Planos de lutas dos setores das particulares, estaduais, municipais e particulares

O Congresso do ANDES-SN atualizou os eixos e as bandeiras do plano geral de lutas da categoria docente. Os professores debateram os planos dos setores das instituições particulares (IPES), estaduais (IEES), municipais (IMES) e federais (IFES).

Os Textos-Resolução nº 26, 27 e 28, de autoria da Diretoria do ANDES-SN, reforçam a necessidade de se intensificar a luta pela liberdade de organização sindical dos professores das IPES. Os TR informaram as péssimas condições de trabalho desses docentes, e as ameaças e constrangimentos que eles têm sofrido por parte de seus empregadores, como tentativa de impedir o direito de livre organização sindical.

O Congresso do ANDES-SN também aprovou que o Sindicato Nacional denuncie as arbitrariedades cometidas pelos donos de instituições particulares, que perseguem professores para que não reivindiquem melhores condições salariais e de trabalho.

Quanto às estaduais e às municipais, o TR 29, da Diretoria do ANDES-SN, reafirma a importância de tornar público as condições precárias dos docentes das IEES e das IMES.

O TR 29 expõe a situação vivida pelas IEES e IMES da base do ANDES-SN em todo o país, sendo 32 instituições estaduais e quatro municipais.

O texto recupera a greve docente de mais de 150 dias, vivida pelos professores da Universidade Estadual do Ceará e de outras daquele Estado, com o intuito de mostrar à sociedade o descaso do governo com a educação superior.

Além disso, o TR 29 ainda denuncia a intervenção do governador José Serra nas

estaduais de São Paulo, que ameaça a autonomia universitária, conforme publicado no *Adur Informa* 92. O TR 78, da ADUNICAMP, também divulga as atitudes autoritárias do governador de São Paulo com as estaduais paulistas. Foi aprovado que o ANDES-SN denuncie, publicamente, a gestão arbitrária dos governos estaduais que estão ferindo a autonomia universitária das suas universidades, aliado ao combate à existência das fundações de apoio no interior dessas instituições.

Já os Textos-Resoluções nº 30, 31, 32, 33, 34, 75 e 76 versam sobre o setor das IFES e reafirmam a luta pela carreira única da categoria docente, respeitando a paridade e a isonomia entre ativos e aposentados.

O TR 30, proposto pela diretoria do ANDES-SN, indica que o Sindicato Nacional participe da Campanha Salarial de 2007, em conjunto com os servidores públicos federais, lutando pelo fortalecimento da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais), intensificando a luta pela incorporação das gratificações aos salários.

O Sindicato Nacional continuará lutando contra todas as formas de precarização do trabalho docente nas IFES, pela criação de cargos e contratações, de acordo com o Regime Jurídico Único, sem abrir mão da realização imediata de concursos públicos para suprir as vagas existentes antes e após a política de expansão das Federais.

Com o tema “Educação: prioridade nacional?”, o nº 39 da revista *Universidade e Sociedade* foi lançado durante o Congresso.

A publicação aprofunda o debate sobre a mercantilização do ensino no Brasil, e como isso se expressa nas políticas e ações governistas para o setor.

Outra revista lançada durante o evento foi o nº 24 do Caderno ANDES-SN, com o tema: “Pela liberdade de sindicalização dos docentes das instituições particulares de ensino superior”. De acordo com Maria Inês Marques (foto), vice-presidente do Sindicato Nacional e membro da Comissão Editorial, o principal mérito da publicação é divulgar a denúncia feita pelo ANDES-SN à Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Não que isso seja a solução, mas temos certeza a perseguição sofrida pelos docentes das IPES em relação à liberdade de atuação sindical repercutirá no plano externo. Denunciamos a opressão promovida pelos empresários da educação, que têm atacado o direito dos professores das particulares”, disse Maria Inês.



Uma convidada inusitada

Presença de animal no auditório causa furor entre os presentes

Durante o Congresso, os presentes foram surpreendidos por uma cobra da família das jibóias, que sorrateiramente, também “participava do evento”. O animal foi encontrado no auditório e causou muito rebuliço durante as atividades. Felizmente, a cobra não era venenosa.



Campanha Salarial 2007: lançamento oficial ocorreu dia 15 de março



Os servidores públicos federais lançaram a Campanha Salarial 2007 no dia 15 de março, no Congresso Nacional. A pauta de reivindicações da categoria foi protocolada no Ministério da Casa Civil, conforme deliberado em reunião ampliada da CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais).

Os servidores cobram do governo federal o estabelecimento de um processo efetivo de negociações, para discutir as reivindicações da categoria, que incluem a incorporação das gratificações ao vencimento base, assim como a recomposição salarial do período entre 1995 e 2006, repondo as perdas de acordo com a inflação.

Eles também cobram o estabelecimento do dia 1º de maio como data-base da categoria e a institucionalização do direito à negociação coletiva. Reivindicam ainda a correção das distorções salariais, a implantação das diretrizes de planos de carreira, exigindo paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Os servidores

públicos federais pedem a realização de concursos para preenchimento de novas vagas criticando o aumento das terceirizações e dos contratos temporários.

Pauta específica dos docentes

A pauta específica da categoria docente reivindica isonomia entre GED e GEAD pelos valores máximos; incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico; isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e 2º grau; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e incorporação da VPI (vantagem pecuniária individual). “Essas são condições necessárias para a negociação da carreira única dos docentes”, explica Paulo Rizzo, Presidente do ANDES-SN.

Os docentes das universidades federais também continuam buscando o fim da implantação de critérios produtivistas para a progressão funcional e a manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES.

Com informações do ANDES-SN e da ADUFRJ

UFRRJ debate política de ações afirmativas

O Decanato de Ensino de Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro promoveu um debate sobre as políticas de ações afirmativas e a reserva de vagas (cotas) nas Universidades. A mesa foi composta pela Decana da pasta, Profa. Nídia Majerowicz, que presidiu os trabalhos, e pelos professores Maurício Roberto Motta Pinto da Luz (UFRJ), Francisco Carlos Duarte Vitória (Universidade Federal de Pelotas), Márcia Souto Maior Mourão Sá (UERJ), Ahyas Siss (UFRRJ/IM), e pelo discente do curso de veterinária, Rodrigo César de Araújo Santos, representando o DCE da UFRRJ.

Inicialmente, a Vice-Reitora da Rural, Profa. Ana Maria Dantas, parabenizou o Decanato pela iniciativa e destacou a importância do tema em debate. Posteriormente, a Profa. Nídia Majerowicz afirmou que a UFRRJ precisa ter como meta, para o próximo ano, a definição de alguma política de ações afirmativas para a instituição.

A primeira palestrante foi a Profa. Marcia Souto Maior, docente do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar). Ela relatou como se deu a implantação do sistema de cotas na UERJ e apresentou alguns dados do referido programa. Explicou que o objetivo do Proiniciar é garantir a permanência do estudante na Universidade, atendendo, preferencialmente, ao aluno cotista, conforme regulamenta a Lei 4151/03, que determina o sistema de reserva de vagas.

De acordo com a Profa. Marcia, o programa tem atendido um quantitativo satisfatório de estudantes, garantindo baixo índice de evasão. Ele está estruturado em três eixos de atividades: “Disciplinas Instrumentais” (português, inglês, informática dentre outras), “Oficinas” (artesanato, música, capoeira e outras atividades correlatas), “Cultural” (cinema, visitas ao teatro e às instituições como o Centro Cultural Banco do Brasil).

De acordo com a Profa. Márcia, o Proiniciar atende o aluno nos primeiros dois períodos na Universidade, visando dar subsídios para que eles supram as carências que advêm do fraco sistema de ensino público primário e secundário. Segundo a docente, a iniciativa tem obtido sucesso e os alunos recebem uma bolsa, financiada pela Faperj ou pela própria UERJ.

O Prof. Francisco Vitória, do Departamento de História do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça da Universidade Federal de Pelotas, e mestrando em Serviço Social da UERJ, contestou o quadro apresentado pela primeira palestrante, questionando a implementação da política de cotas nas Universidades.

Segundo o Prof. Francisco, os alunos recebem bolsa de R\$190 por mês - o que não supre, de acordo com o docente, as necessidades destes alunos em relação a alimentação, a aquisição de livros, ao pagamento das passagens e a reprodução de xerox, por exemplo.

O Prof. Francisco Vitória disse que a discussão sobre as cotas precisa ser contextualizada politicamente, e lembrou que a política de cotas que está sendo defendida pelo governo federal foi construída no bojo de um perverso projeto neoliberal que pretende destruir a Universidade pública — um dos últimos baluartes de resistências às desigualdades sociais.

Segundo o docente, não há possibilidade de se afirmar a igualdade a partir da diferença e a inclusão a partir de exclusão. Para ele, a cota se revela como uma iniciativa nociva para a sociedade brasileira, pois reafirma para alunos negros, índios e para estudantes de escolas públicas que eles são incapazes de entrar na Universidade como os demais, precisando de uma “benesse” do Estado.

O discurso do Prof. Francisco Vitória apontou como saída, a reconstrução e o fortalecimento de um ensino fundamental e médio de qualidade, que garantam igualdade efetiva de condições aos estudantes, para que cheguem às universidades sem precisarem de cotas.

O Prof. Maurício da Luz, Assessor da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e professor de Biologia do Colégio de Aplicação da UFRJ, apresentou os resultados de uma pesquisa feita na instituição, pretendendo discutir se a política de cotas na Universidade (que não foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFRJ) promoveria inclusão social ou geraria perda da qualidade acadêmica.

O Prof. Maurício questionou o exame de vestibular, dizendo que ele apenas seleciona os alunos, não promovendo uma avaliação dos estudantes.

Segundo o Prof. Maurício, o vestibular da UFRJ é excludente. Em relação à Federal do Rio de Janeiro, ele concluiu que os alunos cujas famílias têm menor renda são aqueles que têm maiores dificuldades de aprovação. Além, disso, para o palestrante, o vestibular não mede competências. “O sistema de ensino superior é injusto porque 80% estão fora



dele. A Universidade não resolve a desigualdade da sociedade brasileira”, disse o Prof. Maurício.

A favor da implantação da política de cotas nas Universidades, o Prof. Ahyas Siss—Vice-Diretor do Instituto Multidisciplinar e Coordenador do LEAFRO - Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFRRJ)—disse que políticas de ações afirmativas diferem-se de cotas. “As cotas são mecanismos possíveis de implementação de ações afirmativas”, explicou.

De acordo com o Prof. Ahyas, outros países já adotaram políticas de ações afirmativas, beneficiando a população. Segundo o docente, o Brasil já adotou políticas de cotas, que, para ele, se expressam, dentre outras iniciativas, pela Lei do Boi, pela legalização de terra de quilombolas, pela Lei 10639/03, que obriga o ensino de disciplinas da História da África e da cultura indígena, e pela reserva de vagas para mulheres ocuparem cargos políticos. O palestrante disse que a implementação da política de cotas é uma demanda antiga do movimento negro, argumentando que o ensino universitário é elitista.

Valendo-se da mesma linha argumentativa, falou o representante discente, Rodrigo Santos. Segundo o estudante, a Universidade tem se destinado apenas aos filhos de pessoas de posses, e por esse motivo, é preciso ampliar o seu acesso a fim de qualificar a mão-de-obra brasileira para que os excluídos socialmente tenham meios de subsistência. Para ele, a melhor maneira de operacionalizar a ampliação do acesso é através da adoção da política de cotas.

Ao final do debate, a Profa. Nídia apresentou o resultado de uma consulta à comunidade, para que opinasse sobre o tema. Ela disse que 835 pessoas responderam ao questionário, elaborado pelo DEG, sendo destes 16% docentes, 9% alunos e 9% técnico-administrativos.

Após a exposição dos palestrantes e da Decana, houve debate, aberto ao plenário. Alguns professores questionaram a Profa. Nídia por ter mencionado o termo “pesquisa”, alegando que a consulta à comunidade não estabeleceu critérios de controle, sendo falha e de pouca confiabilidade.

Houve ampla discussão, que se estendeu até pouco depois das 20h, contemplando opiniões favoráveis e contrárias às cotas.

De qualquer forma, o debate é sempre proveitoso para contemplar opiniões divergentes ou que se complementem, a fim de esclarecer a comunidade universitária a respeito de temas que a afetam diretamente.

A ADUR-RJ é sempre favorável à democratização e acesso às informações que possibilitem tomadas de decisões conscientes, que envolvam toda a comunidade universitária na busca de soluções para os seus problemas. Assim se amplia a participação crítica dos três segmentos da universidade, única forma de se ampliar, de verdade, a autonomia universitária.



DIRETORIA DA ADUR-RJ PARTICIPA DO DEBATE

Expediente

Adur Informa – Associação dos Docentes da UFRRJ
End.: Rod. BR 465, Km 7 - Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ) – CEP: 23.851-970
Caixa Postal: 74.537 – Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 3787-8464

E-mails: adurrrj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br

Conselho Editorial: Professores Célia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães. **Redação e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** dois mil exemplares